

A REPRESENTAÇÃO DOS CELTAS NA CULTURA LETRADA VITORIANA

Raimundo SOUSA*

- **RESUMO:** Atento à contribuição da elite letrada para o imperialismo britânico, este trabalho investiga, mediante exame de textos ficcionais e ensaísticos de escritores e críticos literários vitorianos, como Alfred Tennyson e Mathew Arnold, a instrumentalidade do gênero na invenção da diferença racial que procurou justificar a colonização da Irlanda. Por meio das fontes investigadas, observamos que os celtas eram feminizados como antíteses dos “ másculos ” anglo-saxões devido à sua suposta debilidade emocional e intelectual, sendo, portanto, equiparados às mulheres metropolitanas em representações que amalgamavam racismo e sexismo. Graças à concatenação entre estereótipos de raça e gênero, a antinomia masculino/feminino facultou a elaboração de disjunções que visavam naturalizar assimetrias entre império e colônia sob os álibis da complementaridade e hierarquia “ naturais ” entre os sexos.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Celtas. Cultura letrada vitoriana. Feminização.

À guisa de introdução

“[P]ouvoir et savoir s’impliquent directement l’un l’autre; [...] il n’y a pas de relation de pouvoir sans constitution corrélatrice d’un champ de savoir; ni de savoir qui ne suppose et ne constitue en même temps des relations de pouvoir.”
Surveiller et punir, Michel Foucault (1975, p. 32).

Emergente numa episteme calcada na obsessão por dicotomias de gênero, o imperialismo se assentou em um regime de significação no qual praticamente tudo era submetido a uma taxonomia binária e classificado como masculino ou feminino, inclusive os países, e neste caso se reduziam ao binarismo heteronormativo e ao determinismo biológico complexas disparidades históricas, econômicas e culturais

* UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras – Departamento de Letras. Belo Horizonte – MG – Brasil. 31270-901 – raimundo_sousa@terra.com.br

entre povos (SOUSA, 2013). Assim como o homem¹ se designou apolíneo e racional em oposição à mulher dionisíaca e instintiva, o império britânico se definiu pela mesma dicotomia em relação às colônias, na medida em que, assentado numa equação dualista que codificava a (cons)ciência como masculina e o objeto de saber como feminino, dependeu largamente de estratificações de gênero para referendar medidas intervencionistas e exploratórias (McCLINTOCK, 1995). De largo uso como aparato discursivo legitimador do projeto expansionista imperial, a generalização, fincada numa lógica dual que inscrevia o império no pólo masculino (pela masculinização) e a colônia no feminino (pela feminização), teve recursividade particular na conquista da Irlanda, colônia europeia cuja especificidade etnogeográfica exigia um engenho particular na justificação moral da política interventiva aí adotada (SOUSA, 2013).

Atentos a essa especificidade do imperialismo e ao contributo da elite letrada para o projeto expansionista imperial, investigaremos, mediante exame de textos ficcionais e ensaísticos de escritores e críticos literários vitorianos afinados com a ideologia imperialista, como o império inventou textualmente a Irlanda como sua antítese em um orientalismo doméstico crucial para a construção da inglesidade e justificou, por conseguinte, sua intervenção tutelar uma vez sublinhada a inaptidão da colônia em se desenvolver material e culturalmente à própria custa. Ao analisarmos textos de escritores britânicos como Alfred Tennyson e de críticos literários como Mathew Arnold, investigamos a intersecção entre concepções de raça e gênero vigentes para argumentar que os celtas irlandeses eram feminizados como antíteses dos “másculos” anglo-saxões por sua suposta debilidade emocional e intelectual, sendo, portanto, equiparados às mulheres metropolitanas em representações que amalgamavam racismo e sexismo.

O fato de nos atermos especificamente a textos de intelectuais vinculados às Letras se explica pelo imperativo de investigar em que medida os letrados, em dúplici dimensão ética e estética, tomaram parte na agenda imperialista. Na esteira de Said (1978) e Hulme (1986), dentre outros, consideramos que o texto literário, não obstante suas especificidades – como a estetização da linguagem, o pacto ficcional e o compromisso antes com a verossimilhança do que com a veracidade –, não se exime de inscrição ideológica; afinal, a literatura constitui menos um repositório de verdades universais e atemporais acerca da natureza humana do que uma expressão estilizada de interpretações de mundo atreladas a uma ou outra ideologia.

Nesta proposta “arqueológica” de examinar a relação entre saber e poder, gênero e política, raça e sexo, interessa-nos menos o que determinado autor representa individualmente do que sua localização em um campo discursivo mais amplo que delimita suas condições enunciativas, uma vez que, numa perspectiva

¹ Por “homem” nos referimos a um paradigma ocidental de masculinidade hegemônica, alicerçado na filosofia grega e no projeto iluminista, que não necessariamente engloba todos os sujeitos sociais do gênero masculino.

foucaultiana, é o discurso que produz conhecimento, pois, ainda que produzam textos específicos, os sujeitos operam sob limites epistêmicos no interior de formações discursivas (FOUCAULT, 1969). Essa perspectiva discursiva justifica a inclusão de registros escriturais de autores de nacionalidade não inglesa a fim de exemplificar a envergadura de determinados estereótipos e o papel iterativo de outros “centros” em sua disseminação. Justifica, ainda, a opção metodológica por nos restringirmos a práticas de representação empreendidas exclusivamente por homens, já que as mulheres, precisamente por ocuparem posição subordinada no arranjo social metropolitano, não possuíam a mesma legitimidade discursiva ainda que concatenadas com a ideologia colonialista, de modo que as especificidades de suas contribuições textuais para o imperialismo demandariam um trabalho investigativo também específico (cf. MILLS, 1991).

(D)(escre)(ver) é poder

O atrelamento entre saber e poder se exprime com propriedade em processos linguístico-discursivos como a representação, aqui compreendida, sob um prisma construcionista, não como codificação especular de referentes apriorísticos, mas como um sistema linguístico e cultural arbitrário e intrincado em relações de poder nas quais os significados são constituídos na e pela linguagem, os objetos a que estes remetem são forjados no ato mesmo de sua enunciação e as representações legitimadas estabelecem, embora nunca definitivamente, noções de identidade e diferença (HALL, 2003). Essa prática de significação não raro inscrita em um sistema valorativo etnocêntrico e, portanto, calcada no enquadramento de alteridades etnogeográficas em determinados *regimes de verdade* que lhes atribuem significados frequentemente caros à instauração e/ou manutenção de assimetrias de poder, atingiu expressão máxima no imperialismo moderno, na medida em que este se valeu de um exercício textual pautado na produção sistêmica de gêneros textuais os mais diversos, conferindo respectivos estatutos de identidade e alteridade aos impérios e aos seus Outros. Como, em um regime de representação etnologicêntrico, a possibilidade de (auto-)legitimação depende da prerrogativa de (d)(escre)ver, grupos despossuídos de autoridade discursiva para legitimar sua autoetnografia são inscritos/escritos por aqueles que, situados em posição favorável nas relações de poder, fazem-no em conformidade com acepções de cultura monocentrais, cuja análise tem ocupado um veio dos estudos pós-coloniais atento aos modos como o Ocidente metropolitano tem forjado discursivamente sua alteridade, desde a descoberta do “Novo Mundo” aos neocolonialismos contemporâneos (cf. SAID, 1978; HULME, 1986; PRATT, 1992; McCLINTOCK, 1995).

Todavia, em dissonância com a profusão de estudos acerca de processos de alterização transcontinentais, pouco se tem atentado para a invenção da alteridade no interior do território europeu, como se a Europa constituísse uma

entidade homogênea, isenta de tensões internas². No contrafluxo dessa tendência que contradiz a agenda dos estudos pós-coloniais pelo mesmo essencialismo ao qual esta se contrapõe, a atenção para relações de saber/poder em representações intracontinentais pode, ao explorar os limites conceituais desse campo intelectual, expandir suas fronteiras para além da centralidade na dicotomia Europa/“resto do mundo”. A invenção da Irlanda pelo discurso colonial inglês, por exemplo, parece-nos instigante por evidenciar como a produção de categorias raciais anterior ao século XX era mais complexa do que pressupõem alguns estudiosos do racismo, pois dependia menos da diferença cromática pré-discursiva do que de relações de poder que a forjavam discursivamente; afinal, já que essa colônia situada na Europa mal possuía traços fenotípicos e particularidades geográficas (i.e. clima, fauna e flora “exóticos”) que a distinguissem das nações “civilizadas”, sua alterização dependia de estratégias discursivas ainda mais contundentes do que aquelas de que o império se valia para justificar, por exemplo, a colonização de regiões africanas, americanas e asiáticas. Ora, ao identificarem o *racismo cultural* como uma “nova” modalidade emergente na segunda metade do século XX, pautada no deslocamento do foco em distinções biológicas que fundamentavam o *racismo científico* para a ênfase em marcadores de diferenças culturais, estudiosos como Barker (1981) e Gilroy (1987) desconsideram que esse *modus operandi*, supostamente mais sofisticado, tem precedentes históricos anteriores. Haja vista a alterização da Irlanda pelo discurso colonial ter-se assentado em disjunções de gênero pautadas na antinomia masculino/feminino – matriz estrutural para quaisquer outras distinções binárias em um sistema de significação falologocêntrico³ – a fim de estabelecer e naturalizar assimetrias de poder entre império e colônia.

De fato, uma vez que a especificidade geofísica da ilha, localizada adjuntamente à Inglaterra, impunha obstáculos à sua invenção como antítese desta última, o império precisou lançar mão de diferentes estratégias discursivas em consonância com repertórios de significação disponíveis em diferentes contextos históricos. Graças à interpenetração de concepções culturais acerca de raça e gênero a partir do liame entre medicina e teoria racial, entre imperialismo e patriarcalismo, entre etnofobia e ginofobia e entre etnocentrismo e androcentrismo, o gênero foi instrumental para a invenção da diferença racial por meio da feminização da colônia, sobretudo no século XIX, quando do apogeu do imperialismo (SOUSA, 2013). Embora a feminização da Irlanda pelo discurso colonial tenha precedentes

² Diversos expoentes dos estudos pós-coloniais têm passado ao largo da experiência colonial intraeuropeia ao homogeneizarem o continente como “a Europa” e seus habitantes como “os europeus” em seus estudos acerca de processos de alterização, dentre os quais Said (1978), Hulme (1986), Mills (1991) e Pagden (1993).

³ Já que nesse sistema o processo de significação se dá por bipolaridades (i.e., atividade/passividade, cultura/natureza, cabeça/coração, *logos/pathos*) que remetem, em última instância, à dicotomia homem/mulher (cf. CIXOUS, 1986).

mais remotos, o Oitocentos se notabilizou pelo refinamento das técnicas de estereotipação graças ao surto científico oitocentista ter propiciado a intersecção de campos investigativos os mais diversos e, numa conjuntura em que teses científicas instauradas no horizonte de formação ideológica do imperialismo davam caução à invenção de hierarquias raciais (cf. GILMAN, 1985; YOUNG, 1995), ter conferido legitimidade científica às elaborações de estereótipos para Outros dos quais o império procurava diferenciar-se pela superioridade e, por conseguinte, justificar relações de intervenção e exploração. Com efeito, a intersecção entre raça e gênero, já esboçada em séculos anteriores, torna-se mais profunda e evidente no XIX com a emergência de campos científicos que inscreviam o gênero como limite da diferença racial, notadamente o “celtismo”, campo epistemológico institucionalizado que alocou o binômio raça-gênero como estruturante de um sistema de significação disjuntivo que contrapunha anglo-saxões (ingleses) e celtas (irlandeses), naturalizando diferenças entre colonizadores e conquistados como biologicamente inscritas e, portanto, imutáveis (SOUSA, 2013).

Racismo e sexismo na Inglaterra vitoriana

Numa conjuntura em que a inserção vertiginosa de mulheres em alçadas até então sob monopólio masculino suscitava uma crise de papéis de gênero na Inglaterra vitoriana, campos epistemológicos os mais diversos produziam formas de conhecimento que procuravam restabelecer a ordem reposicionando o “sexo frágil” em seu devido lugar. Em exemplo emblemático dessa reação, Charles Darwin (1871) se fundamentava na concatenação entre argumentos zoomórficos e antropomórficos para localizar as mulheres abaixo dos homens na escala evolutiva, hierarquizando os sexos física e cognitivamente sob os auspícios da teoria evolucionista. Para o naturalista, essa dupla disparidade entre os sexos decorria, em larga medida, da seleção natural, já que, ao longo da evolução, os machos (incluindo-se os homens) tiveram de desenvolver habilidades físicas e intelectuais para competirem uns com os outros tanto pela sobrevivência quanto por parceiras sexuais, enquanto as mulheres, liberadas da necessidade de desenvolverem força e intelecto para sobrepujarem umas as outras, habituaram-se tão-somente ao cumprimento de tarefas domésticas repetitivas e à espera passiva pelo homem vitorioso. Por conseguinte, as mulheres, à semelhança dos “selvagens”, teriam-se estagnado em um estágio tal que suas principais qualidades, notavelmente instintuais, seriam “[...] características das raças inferiores e, portanto, de um patamar de civilização ultrapassado e menos desenvolvido.” (DARWIN, 1871, p. 311⁴). Essa noção de similaridade entre as mulheres e as “raças inferiores”, tanto no nível das qualidades (i.e. intuição e emotividade) quanto no nível dos defeitos

⁴ Todas as traduções de citações em língua estrangeira são de nossa autoria.

quase indistinguíveis dessas mesmas qualidades (i.e. irracionalidade e instabilidade emocional), serviria duplamente como trunfo contra feministas e anticolonialistas pelo equacionamento entre rebelião e loucura.

Embora a mulher fosse há muito rotulada sob uma lógica maniqueísta (e.g., santa ou pecadora, virgem ou prostituta), essa bipolaridade se acentuou com o advento de especialidades médicas como a sexologia, a obstetrícia e a ginecologia numa era vitoriana cuja obsessão pelo controle pulsional suscitou uma fixação paranóide em doenças do sistema nervoso, estimulando um intenso debate na classe médica, qual seja, a causalidade entre a constituição psicofisiológica da mulher e sua propensão à insanidade. Reféns das constantes vicissitudes de um esquema fisiológico cíclico vinculado às funções reprodutivas (menstruação, gravidez, parto e menopausa), as mulheres seriam, sob a lente médica, naturalmente mais suscetíveis à doença mental, *a fortiori* se transgredissem seus limites de gênero, engajando-se em funções para as quais não estavam aptas; afinal, a energia exigida do cérebro em atividades intelectuais comprometeria o trabalho do aparelho reprodutor, levando-as fatalmente ao colapso por exaustão nervosa. Assim, em um sistema de representação de gênero que vinculava o masculino ao *logos* e o feminino ao *páthos*, a histeria, como invenção médica, configurava, antes de tudo, um sintoma de uma crise cultural na medida em que, longe de mera doença orgânica, constituía um modo de frear a mobilização das mulheres por direitos civis, quer pelo terrorismo das admoestações profiláticas, quer pela medicalização pautada em regimes de confinamento, aplicação de drogas potentes e mesmo amputação do clitóris (cf. SHOWALTER, 1985; GILMAN et al., 1993).

No decurso de um século XIX agitado por investidas insurrecionárias de feministas inglesas que reivindicavam autonomia civil e de anticolonialistas irlandeses que reclamavam autonomia governamental, a Questão Irlandesa (*Irish Question*) e a Questão da Mulher (*Woman Question*) constituíam dois desafios coetâneos e interseccionais para a *intelligentsia* comprometida com o imperialismo na medida em que, cada qual ao seu modo, ofereciam ameaça à estabilidade imperial. Em uma formação discursiva na qual concepções de gênero binárias transversalizavam a produção cultural de diferenças raciais e a histeria, um dos operadores conceituais com que se diferenciava a mulher em relação ao homem, era tomada de empréstimo para significar tudo quanto destoasse da noção de racionalidade⁵, a exacerbação da resistência anticolonial irlandesa foi

⁵ Com a voga da medicina e o espriamento do léxico médico para além do âmbito especializado, a histeria se tornou recorrente, sobretudo nos últimos decênios do século XIX, “[...] como uma metáfora para a experimentação artística, a violência política coletiva, o reformismo social radical, o nacionalismo estrangeiro e uma série de outros desenvolvimentos novos e perturbadores. Ela se tornou síntese para [designar] o irracional, o apático, o incompreensível, o errático, o convulsivo, o sexual, o feminino, ‘o Outro’. Era um sinônimo para tudo quanto parecia o extremo do frívolo, do excessivo ou do absurdo em relação à época.” (MICALÉ, 1995, p. 218-219).

contraposta por um regime de significação que caracterizava a raça céltica como feminina e histérica. Assim, em um movimento bilateral de patologização da raça e racialização da patologia, as mesmas estruturas fundacionais em que se assentava o discurso médico para justificar a heteronomia da mulher também serviam de alicerce para o discurso colonial explicar o desempoderamento dos irlandeses. Desse modo, a loucura, um dos estereótipos de alteridade de gênero na cultura ocidental, era apropriada como estereótipo de alteridade racial, resultando que, tal qual a *suffragette* insurgente contra o patriarcado, o anticolonialista insurgente contra o império seria acometido de desordens neurológicas que atestariam sua inaptidão para os direitos reivindicados. Nesse sentido, os estereótipos atribuídos às mulheres inglesas (sobretudo às feministas) e aos colonizados irlandeses (sobretudo aos anticolonialistas) se iluminavam mutuamente enquanto constituintes de uma mesma episteme cuja racialização da diferença sexual e sexualização da diferença racial favorecia que, de um lado, ao comparar a mulher ao “selvagem” justificava sua subordinação ao marido, e, de outro, ao equiparar o “selvagem” à mulher justificava sua subordinação ao império.

Desenvolvidas como sustentáculos do imperialismo, as teorias raciais, em suas diversas especialidades, constituíam um ponto de referência no qual conflitos culturais eram inscritos somaticamente e ansiedades acerca de raça e gênero expressas em representações corporais por aparatos supostamente descritivos que definiam a personalidade e o comportamento humano como determinados anatomicamente. Para a frenologia, por exemplo, determinadas regiões do crânio corresponderiam a certas características mentais identificáveis pelo exame anatômico, de forma que, ao estabelecer uma descrição material de processos mentais, reduzindo categorias psicológicas a categorias fisiológicas, esse ramo científico explicava a inferioridade dos irlandeses e, por conseguinte, a necessidade da tutela colonial “comprovada” mediante mensurações e análises cefálicas comparativas entre o crânio dos anglo-saxões e o dos celtas (SOUSA, 2013).

Nos discursos médico e racial, binarismos como firmeza e flexibilidade, força e delicadeza, instinto e racionalidade polarizavam as raças sob o prisma das supostas diferenças ontológicas entre homem e mulher, de sorte que o imperialismo era justificado como consequência inevitável das aptidões naturais de determinados povos à dominação e de outros à subserviência. Em um ordenamento de saberes que se dava iterativamente por meio de um conjunto limitado de características supostamente verificáveis a olho nu e definidas mediante analogia entre raça e gênero, os discursos médico e racial pressupunham, direta ou indiretamente, um gradiente de poder entre anglo-saxões e celtas, na medida em que os mesmos marcadores identitários que justificavam a subordinação das mulheres também explicavam a dominação sobre os irlandeses, que supostamente partilhavam das mesmas deficiências femininas, notadamente a constituição psicofísica mais frágil. Como se verá na seção seguinte, a elite

letrada também desempenhou um papel crucial na formulação e difusão desses estereótipos sexo-raciais.

Cultura letrada e feminização

A feminização da raça céltica era empreendida também por intelectuais extrínsecos ao âmbito científico e que, em concatenação com os discursos médico e racial, inscreviam-se numa formação discursiva que cristalizava convenções de representação orquestradas com o projeto expansionista imperial. Um dos arautos desse regime de significação que vinculava raça e gênero foi Ernest Renan, que, em ensaio publicado na *Revue des Deux Mondes*, nos idos de 1854, seguia a esteira de expoentes do Romantismo alemão como Johann Herder e Johann Fichte, propulsores de que a linguagem constituía um quesito determinante para a nacionalidade, e a tomava como parâmetro em sua taxonomia da raça céltica. Ao observar, a partir de análise etnofilológica de criações poéticas de bardos celtas, que essa raça era forte em sentimento, mas frágil em ação, além de tímida, embaraçada e doméstica, Renan (19854, p. 478) expunha uma definição que informaria gerações de celticistas:

Se fosse possível atribuir um sexo às nações tal como aos indivíduos, devemos dizer sem hesitação que a raça céltica [...] é uma raça essencialmente feminina. Nenhuma raça, creio eu, trouxe ao amor tanto mistério. Nenhuma outra concebeu com mais delicadeza o ideal da mulher ou foi mais plenamente dominada por ele. É um tipo de intoxicação, uma loucura, uma vertigem.

Em princípio bem intencionada, sua caracterização da raça céltica como aquela que mais se aproximava da natureza feminina, a fim de celebrar sua sensibilidade contrapontual à agressividade teutônica, tinha efeito contraproducente ao corroborar, pela oposição de gênero, a soberania anglo-saxã. De fato, o historiador e crítico literário de origem céltica seria vítima de sua própria tese, já que, segundo o autor do prólogo de uma tradução inglesa do ensaio, fora na meninice um aluno tão estudioso, meigo e devoto que “[...] suas qualidades em nada semelhantes às de um menino lhe renderam o apelido de ‘Mademoiselle’ e muita gozação de seus colegas de escola menos efeminados.” (HUTCHISON, 1896, p. xii).

Um ano mais tarde, Émile Montégut publicava na mesma revista um ensaio que, embora considerado por um dos expoentes intelectuais do anticolonialismo irlandês como um artigo que “todo irlandês que deseje ‘ver-se como outros o vêem’ deveria ler” (EGLITON, 1906, p. 40), tem sido ignorado por praticamente todos os pesquisadores dedicados ao celticismo. Fundamentando-se na tese nuclear de Renan, mas conferindo relevo às caracterizações sinalizadoras de fragilidade na natureza feminina que o compatriota atribuía aos celtas, Montégut acrescia

a essa feminilidade um caráter patológico a partir de estereótipos de gênero convencionalmente atribuídos à mulher. Empenhado em distinguir ingleses e irlandeses, o crítico literário adotava um sistema de representação binário em que todo atributo inglês tinha como contraparte um irlandês inversamente proporcional, sem espaço para qualquer similitude entre ambos; afinal, era exatamente para esse efeito que se prestavam os estudos comparativos, pois, colocadas *vis-a-vis*, a racionalidade masculina dos ingleses e a loucura feminina dos irlandeses se tornariam mais acentuadas. Nessa perspectiva, o ensaísta caracterizava os primeiros pela tenacidade, persistência, força de vontade e “energia infatigável e paciente” para, em contraposição, descrever os segundos como

[...] o gênio contrário, isto é, uma atividade interrompida, surtos intermitentes de ardor febril seguidos de prostrações, a completa ausência daquela energia silenciosa, fria e constante, que é o apanágio dos alemães, mas, em contrapartida, acessos súbitos e terríveis de paixão, amor e ódio concentrados a um só tempo, [...] a doçura aliada à violência. (MONTÉGUT, 1855, p. 894).

Esse temperamento é, com efeito, essencialmente feminino, isto é, um misto de doçura e violência. Os vários atributos da natureza feminina, a renúncia, os acessos febris de paixão e o poder com que as mulheres suportam o sofrimento estão na natureza do celta. (MONTÉGUT, 1855, p. 896).

Fundamentado em concepções contemporâneas acerca da diferença de gênero, o ensaísta, considerando o dogma da instabilidade feminina e tomando a feminilidade como estrutura heurística para integrar estereótipos divergentes, caracterizava os irlandeses pela instabilidade de um repertório binário de afetos em que se alternavam amor e ódio, doçura e acrimônia, furor extático e prostração depressiva. Essa miscelânea de temperamentos seria potencializada em sua resistência anticolonial, o que explicaria tanto o fracasso quanto os efeitos danosos de um empreendimento norteado pela irracionalidade:

A resistência irlandesa não tem paciência nem duração; ela entra em colapso e é logo substituída por um estado de prostração que termina com um despertar repentino de explosões de fúria selvagem. Por isso, crimes de toda sorte são cometidos por essa população tão doce e alegre. [...] O público se recolhe diante dos furores selvagens que logo desaparecem por si só, e o protesto da Irlanda se torna uma questão de segunda instância. (MONTÉGUT, 1855, p. 897).

Ao descontextualizar os comportamentos e afetos, inscrevendo-os como inerentes à natureza, o ensaísta patologizava a agenda política do anticolonialismo não obstante a feição que este tomasse conforme o curso dos eventos: a persistência dos irlandeses em oito séculos de colonização era feminizada como resignação

masoquista frente às provações, sua insurgência como furor histérico, seu pacifismo como doçura e seus recuos estratégicos como episódios de prostração melancólica. Assim, tal como as mulheres adoecidas pelo discurso médico vitoriano, os colonizados seriam incapazes de governar a si próprios, já que, regidos pela oscilação maníaco-depressiva entre episódios de excitabilidade emocional e desfalecimento melancólico que lembravam os respectivos quadros clínicos da histeria e da neurastenia, careciam da racionalidade necessária à autonomia política e deveriam ser protegidos de sua própria natureza instável. O crítico francês exemplificava a feminilidade doentia dos irlandeses em comentário a um livro do líder revolucionário John Mitchel, cujas páginas refletiriam “[...] os males dos nervos do autor, suas explosões de cólera solitária, os tormentos de sua bília, os furores de seu sangue.” (MONTÉGUT, 1855, p. 899). Dotado de uma “alegria nervosa e histérica” e de uma “coragem doentia” (MONTÉGUT, 1855, p. 929-930), Mitchel metonimizaria o caráter patológico dos irlandeses e, na qualidade de líder político, epitomizaria um anticolonialismo animado antes por disfunções mentais do que por uma pauta orientada pela consciência.

Sem outra explicação para o engajamento maciço dos irlandeses com vistas à autonomização político-administrativa, Montégut, em exemplo contundente de determinismo racial, interpretava-o como decorrente de uma inclinação beligerante congênita. Sob efeito projetivo, o temor do poder revolucionário dos colonizados se convertia em impulsos violentos determinados biologicamente, de modo que a patologização constituía uma tentativa de deslegitimar sua agenda política como decorrente de pulsões irracionais inatas que os conduziriam a hábitos antissociais. Descartando qualquer causalidade entre o comportamento dos rebeldes e as manobras imperiais, o ideólogo identificava sua violência como implicação de disposições patológicas generalizadas. Graças à redução do social à ordem da natureza e à desconsideração dos contextos em que determinados afetos eram expressos, o comportamento belicoso era identificado como imanente aos irlandeses e não decorrentes de especificidades históricas. Nessa leitura unilateral dos conflitos coloniais, a atribuição, aos colonizados, de uma beligerância inata tanto ignorava a opressão colonial, não esboçando nenhuma autocrítica ao império, como despolitizava as investidas insurrecionárias, reduzindo-as à fisiologia. Diversamente da descrição de Renan (1854), laudatória em relação à feminilidade céltica, a de Montégut (1855), mesmo quando elogiosa, enfatiza alguma fraqueza e inferioridade. Essa diferença talvez se deva ao fato de o segundo, à diferença do primeiro, referir-se especificamente aos celtas irlandeses e não à família racial céltica em sentido lato. Ainda assim incongruente com as relações amistosas entre Irlanda e França, o desprezo do ensaísta pelos irlandeses revela a envergadura do estereótipo na medida em que mesmo um intelectual que não teria razão aparente para alterizá-los o faz com a contundência de um agente imperial.

Em exemplo da relevância do celticismo como um campo de saber e, evidentemente, de poder, Mathew Arnold (1867), numa conjuntura em que o império encontrava cada vez mais dificuldade em conter o ímpeto irlandês pela independência política, a um só tempo ressaltava a capacidade dos anglo-saxões destruírem os celtas, se assim desejassem, e chamava atenção para a complementaridade entre ambos como uma protocooperação pacífica, com vistas, evidentemente, a assegurar a hegemonia imperial pelo discurso da cordialidade transracional. Também se apropriando dos pressupostos de Renan e os reelaborando para atender aos imperativos imperialistas, o intelectual proferiu uma série de palestras, publicadas em forma de artigos na *Cornhill Magazine* em 1866 e reunidas em livro no ano seguinte, nas quais representava a raça céltica como de todo inapta ao autogoverno, em velado temor de ameaça ao império, e postulava que o celta, em patente contraste com o anglo-saxão, possuía valores femininos heteróclitos à esfera política, pois “[...] a sensibilidade da natureza céltica, sua exaltação nervosa, tem algo feminino nelas, e o celta é, portanto, particularmente propenso a sentir o feitiço da idiossincrasia feminina; ele tem uma afinidade com ela; ele não está longe de seu segredo.” (ARNOLD, 1867, p. 108).

Por meio de um binarismo de gênero que acentuava simultaneamente a assimetria entre império e colônia e a proximidade entre ambos pela noção heterocêntrica de complementaridade entre os sexos, o fundador da crítica literária inglesa, ao duplamente feminizar e patologizar a raça céltica, sugeria que os irlandeses deveriam se unir aos anglo-saxões, estes sim imbuídos de valores masculinos, ao invés de confrontá-los. Além de propor uma saída para os conflitos angloirlandeses, essa noção de complementaridade tinha ainda uma base utilitária: em face da suposta degeneração cultural que se instalava na Inglaterra vitoriana – percepção explicitada por Arnold (1869) em *Culture and anarchy* –, o ensaísta, que identificava a cultura como domínio da reconciliação e coesão social, pressupunha que a amalgamação cultural entre celtas e anglo-saxões beneficiaria a metrópole. Seguro de que as qualidades imaginativas dos celtas contrapesariam a barbárie da aristocracia e o filistinismo da burguesia na metrópole, Arnold considerava que, embora desprovidos da habilidade prática dos anglo-saxões, os celtas possuíam, como compensação, uma acentuada sensibilidade poética, de sorte que a combinação dos melhores atributos de ambos os povos vigoraria a cultura britânica.

Se Arnold apregoava o elo intercultural como benéfico para o império, Alfred Tennyson, outro intelectual vinculado ao imperialismo, propugnava o afastamento entre os povos. No poema “Hail Briton”, escrito no início dos anos 1830, o escritor alertava os ingleses quanto ao perigo da contaminação pelo sangue celta: “Contudo, teme aquela paixão que pode convulsionar / Teu Julgamento: teme a vizinhança / Daquele instável sangue céltico / Que nunca mantém um pulso igual” (TENNYSON, 1987, p. 523).

Se em séculos anteriores a hibridação racial era condenada por conspurcar a pureza imperial e instaurar uma ordem social transracional, no XIX as preocupações demográficas tocantes à saúde pública e à degeneração racial deslocam o temor para a contaminação propriamente fisiológica devido à instabilidade do temperamento céltico, metaforizada pelo pulso arritmico. Essa crença na patologia nervosa do celta é iterada em outro poema, no qual Tennyson (1850, p. 167) subestima sua agenda política sugerindo que, ao transgredir a ordem, este exprime uma volúpia anárquica que, contudo, decorre não de um desejo másculo por liberdade, mas de uma afecção histérica: “Um amor pela liberdade raramente sentido / Pela liberdade em seu assento real / Pela Inglaterra; não o calor do estudante, / Os cegos histéricos dos celtas”.

A vinculação dos celtas irlandeses à feminilidade e, mais especificamente, à histeria adquiriu longevidade no transcurso de todo o século XIX devido, em larga medida, à potencialidade cristalizadora do estereótipo, forma de significação que, precisamente porque não engendrada na experiência mesma da transculturalidade, mas aprioristicamente conforme referenciais de enunciadores situados em posição privilegiada nas relações de poder, tende a se sedimentar, resistindo às discontinuidades e rupturas no curso da história. Na esteira do poeta, o ensaísta Jessie Montgomery (1889, p. 185), sugerindo que o anticolonialismo irlandês não passava de um pretexto para a expressão anárquica, afirmava que aspectos como “[...] a adoração pela ostentação, a sensibilidade ao ridículo, a dependência do parecer favorável de outros [...] não faltam [...] no histérico e afetado ‘patriota’ irlandês do século XIX.”

Mesmo quando a histeria não era mencionada verbalmente como um marcador de diferença racial, a noção de instabilidade emocional assinalava que os celtas irlandeses, porque inelutavelmente femininos, não estariam aptos para a autonomização política. O escritor James Froude (1873, p. 21), por exemplo, sugeria que os irlandeses, tal como as mulheres, careciam de auxílio para desenvolverem suas potencialidades e minimizar suas deficiências ao defini-los como “[...] suscetíveis a toda a gama de sentimentos, do páthos mais profundo ao gracejo mais divertido [...]”, de modo que, “passionais em tudo”, careciam “[...] da virilidade que daria força e solidez à parte sentimental de suas disposições.” Outro escritor estabelecia clara analogia entre a raça céltica e a feminilidade ao defender que os irlandeses, tal como as mulheres, permanecessem em seu lugar social estabelecido: “Ninguém nega que os celtas têm excelentes qualidades de alguns tipos. Assim como as mulheres. [...] Mas enquanto uma mulher deve ser uma mulher, um homem deve ser um homem [...]”, ponderava, para completar, prognosticando a extinção da raça céltica: “[...] e a questão é a seguinte: será que as qualidades femininas dos celtas os tornam aptos a sobreviver neste mundo na luta pela existência contra as raças germânica e inglesa?” (CONSTABLE, 1886, p. 103-104). Embora seu delírio de grandeza fosse incongruente com a precária “virilidade” imperial, haja vista a

emergência – no duplo sentido do termo – da eugenia para socorrer o exército inglês carente de soldados saudáveis e o recrutamento de irlandeses para a composição do exército britânico, o ideólogo deixa entrever nessa indagação retórica como as concepções de gênero e os confrontos travados com as feministas orientavam as concepções de raça e os confrontos travados com os irlandeses.

De fato, longe de apenas historicamente coincidentes, imperialismo e patriarcalismo eram regimes de desigualdade coadunados de tal forma que o primeiro se apropriava de paradigmas que fundamentavam o segundo enquanto implicações de disposições históricas e ideológicas correlatas; afinal, ambos foram capitaneados por uma mesma linhagem de homens brancos, letrados, provenientes de classes dominantes e centros europeus. Por conseguinte, a insistência em comparar os irlandeses às mulheres produzia duas categorias de alteridade análogas, de modo que o discurso racial, ao mesmo tempo que se apropriava do discurso patriarcal, também o corroborava pela ratificação de estereótipos de feminilidade, como evidenciava Jessie Montgomery (1889, p. 181) ao caracterizar o irlandês pela “[...] carência do cálculo sóbrio que frequentemente limita o poder da mulher mais inteligente.” Uma vez que as categorias raça e gênero eram estruturalmente interdependentes na medida em que a generização da raça e a racialização do gênero constituíam duas faces de um mesmo processo, mesmo os céticos quanto ao triunfalismo dos contemporâneos se valiam de estereótipos de gênero, ainda que para chamar a atenção para a força da resistência irlandesa. Tome-se como exemplo o poeta Alfred Austin (1900, p. 24), que reconhecia uma evidência histórica ao lembrar que “[h]á um poder feminino de resistência passiva na raça céltica que toda a nossa masculina imperiosidade saxã não suplantou.”

Considerações finais

Considerando a instrumentalidade do gênero na invenção da diferença racial que orientou o processo de colonização da Irlanda, assentado no investimento discursivo em sua feminização, observamos que aantinomia masculino/feminino facultou a elaboração de disjunções sexo-raciais que visavam naturalizar assimetrias de poder entre império e colônia sob os álibis da complementaridade e hierarquia “naturais” entre os sexos. Esse processo em que as comparações raciais entre ingleses e irlandeses eram informadas pelas comparações de gênero entre homens e mulheres se acentuou no século XIX, com a emergência do celticismo, uma espécie de orientalismo intracontinental pautado em um sistema de representação dicotômico que alcançou domínios os mais diversos, inclusive a literatura e a crítica literária.

Graças à concatenação entre estereótipos de raça e gênero, os mesmos argumentos que referendavam a supremacia dos homens sobre as mulheres explicavam a soberania das raças “masculinas” sobre as “femininas”. Como o

irlandês, analogamente à mulher metropolitana, seria não apenas feminino como histérico, formulações similares explicavam a subalternidade de um e outro, pois ambos, situados em posição parêntese na escala de desenvolvimento, seriam inaptos à autogovernança. Em um período no qual o império era duplamente pressionado pelas *suffragettes* e pelos irlandeses insurgentes, patriarcalistas e celticistas concatenavam ginofobia e etnofobia para argumentar que tanto aquelas quanto estes, porque inelutavelmente femininos e adoecidos, careceriam, respectivamente, da salvaguarda masculina e imperial.

Os registros textuais examinados neste artigo demonstram como as práticas de significação se davam no interior de uma mesma formação discursiva, donde as semelhanças entre representações efetuadas por diferentes enunciadores que, informados por mapas conceituais e processos enunciativos similares, legitimavam-se uns aos outros, controlando a produção de significantes e significados acerca dos irlandeses com vistas a fixá-los em um conjunto de atributos que engendrassem uma ilusão de estabilidade. Para tanto, foi preponderante o contributo de intelectuais letrados que, coadunados com o saber científico, auxiliaram na criação e disseminação de estereótipos raciais generizados que simplificavam a complexidade dos conflitos geopolíticos mediante a confluência entre pre(con)ceitos de raça e gênero em seu exercício de alterização.

SOUSA, R. The representation of Celts in Victorian lettered culture. **Itinerários**, Araraquara, n. 42, p. 271-286, jan./jun. 2016.

■ **ABSTRACT:** *Aware of the contribution of the literate elite to British imperialism, this paper investigates, by examination of fictional texts and essays by Victorian writers and literary critics such as Alfred Tennyson and Matthew Arnold, the instrumentality of gender in the invention of racial difference that sought to justify the colonization of Ireland. Through the sources investigated, we found that the Celts were feminized as antitheses of the “manly” Anglo-Saxons because of their alleged emotional and intellectual weakness, being thus equated to metropolitan women in representations which amalgamated racism and sexism. Thanks to the concatenation between racial and gender stereotypes, the antinomy male/female allowed the elaboration of disjunctions aimed at naturalizing asymmetries between empire and colony under the alibis of “natural” gender complementarity and hierarchy.*

■ **KEYWORDS:** *Celts. Victorian lettered culture. Feminization.*

REFERÊNCIAS

ARNOLD, M. **On the study of Celtic literature**. London: Smith, Elder & Co., 1867.

- _____. **Culture and anarchy**: an essay in political and social criticism. London: Smith, Elder & Co., 1869.
- AUSTIN, A. **Spring and Autumn in Ireland**. London: William Blackwood and Sons, 1900.
- BARKER, M. **The new racism**: conservatives and the ideology of the tribe. London: Junction Books, 1981.
- CIXOUS, H. Sorties: out and out: attacks/ways out/forays. In: CIXOUS, H.; CLEMENT, C. **The newly born woman**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1986. p. 63-132.
- CONSTABLE, H. S. **Letters to country newspapers on radicalism and socialism**. London: Hatchards, 1886.
- DARWIN, C. **The descent of man and selection in relation to sex**. New York: D. Appleton and Company, 1871. v. 2.
- EGLITON, J. **Bards and saints**. Dublin: Maunsel & Co., 1906.
- FOUCAULT, M. **L'Archéologie du savoir**. Paris: Gallimard, 1969.
- _____. **Surveiller et punir**: naissance de la prison. Paris: Éditions Gallimard, 1975.
- FROUDE, J. A. **The English in Ireland in the Eighteenth Century**. New York: Scribner, Armstrong and Co., 1873. v. 1.
- GILMAN, S. et al. **Hysteria beyond Freud**. Berkeley: University of California Press, 1993.
- GILMAN, S. **Difference and pathology**: stereotypes of sexuality, race and madness. Ithaca: Cornell University Press, 1985.
- GILROY, P. **There ain't no black in the Union Jack**: the cultural politics of race and nation. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- HALL, S. The work of representation. In: HALL, S. (Ed.). **Representation**: cultural representations and signifying practices. London: Sage, 2003. p. 13-64.
- HULME, P. **Colonial encounters**: Europe and the native Caribbean. London: Methuen, 1986.
- HUTCHISON, W. G. Introduction. In: RENAN, E. **Poetry of Celtic races, and other essays by Ernest Renan**. London: The Walter Scott Publishing Co., 1896. p. ix-xxxviii.
- McCLINTOCK, A. **Imperial leather**: race, gender and sexuality in the colonial contest. London: Routledge, 1995.

MICALÉ, M. S. **Approaching hysteria**: disease and its interpretations. Princeton: Princeton University Press, 1995.

MILLS, S. **Discourses of difference**: an analysis of women's travel writing and colonialism. London: Routledge, 1991.

MONTÉGUT, E. L'exil de la jeune-Irlande. **Revue des Deux Mondes**, Paris, tome 10, p. 889-930, 1^{er} juin 1855.

MONTGOMERY, J. D. Macbeth, considered as a Celt. **The National Review**, London, v. 13, p. 181-190, 1889.

PAGDEN, A. **European encounters with the new world**: from Renaissance to Romanticism. New Haven: Yale University Press, 1993.

PRATT, M. L. **Imperial eyes**: travel writing and transculturation: London: Routledge, 1992.

RENAN, E. La poesie des races celtiques. **Revue des Deux Mondes**, Paris, tome 5, p. 473-506, 1^{er} févr. 1854.

SAID, E. **Orientalism**: Western conceptions of the Orient. New York: Pantheon Books, 1978.

SHOWALTER, E. **The female malady**: women, madness and English culture, 1830-1980. London: Virago, 1985.

SOUSA, R. E. S. **Da feminização à remasculinização**: gênero e raça na dialética angloirlandesa. 2013. 361 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Programa de Mestrado em Letras, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2013.

TENNYSON, A. **In Memoriam**. London: Edward Moxon, 1850.

_____. Hail Briton. In: _____. **The poems of Tennyson**. Berkeley: University of California Press, 1987. p. 523.

YOUNG, R. **Colonial desire**: hybridity in theory, culture and race. London: Routledge, 1995.

Recebido em 30/10/2015

Aceito para publicação em 21/12/2015

